

Termo de Referência 83/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
83/2024	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA /DPF	FABIO JOSE VIANA COSTA	25/03/2025 15:29 (v 15.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2024	08201.000454/2024-10

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de insumos para o Laboratório Nacional de Isótopos da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>Kit Reator de quartzo NCS (Montados)</p> <p>Kit para 1000 análises contendo reator cilíndrico de quartzo com comprimento de 450 mm e diâmetro externo de 18 mm; montado e pronto para uso; com recheio de 60mm de óxido de tungstênio e 130 mm de fios de cobre reduzido, separados por lã de vidro; embalado com gás inerte; compatível com o analisador Thermo Flash HT/HT Plus. Contém os seguintes itens: Reator empacotado de Oxidação / Redução para NCS (05 unidades), cápsula de estanho, peso leve, dimensões 8 x 5mm. Mega box com 1000 unidades (01 unidade), pentóxido de Vanádio em pó fino, não fundido, embalagem com 1g (03 unidades), lã de sílica (quartzo) muito fina, embalagem com 5g (01 unidade), perclorato de Magnésio em flocos. Embalagem com 25g (04 unidades). Compatível com sistema EA-IRMS modelo FlashSmart IRMS/HT, marca Thermo Fisher. Numero de referência</p>	460065	Kit	10	13.872,42	138.724,15

	de catálogos comerciais: Thermo Fischer P/N 19003750, Elemental Microanalysis Ref.: X1114					
2	Kit Reator EA CN (para montagem) "Kit para 1000 análises em sistema EA-IRMS, para determinação de Nitrogênio e Carbono, composto pelos seguintes itens: a) 1000 x cápsulas de estanho (PN 24006400) b) 1 x O-ring de vedação para reator de quartzo 18mm OD (pk com 5) (PN 29022910) c) 1 x Perclorado de magnésio (100 g) (PN 33821900) d) 1 x Lã de Quartzo (5 g) () e) 2 x Óxido de Cromo (25 g) (PN 33822900) f) 1 x Óxido de Cobalto (25 g) (PN 33824500) g) 3 x fio de Cobre Reduzido com 4-7 mm de comprimento (PN 33835300) h) 2 x Reator de quartzo translúcido, compatível com sistema EA-IRMS modelo FlashSmart IRMS/HT, marca Thermo Fisher, (2 unidades) (PN 46820070) i) compatível com sistema EA-IRMS modelo FlashSmart IRMS/HT, marca Thermo Fisher j) Número de referência de catálogos comerciais: Thermo Fischer P/N 19003770.	419796	Kit	10	8.119,20	81.192,00
3	Kit Reator TC/EA OH (para montagem) Kit para 1000 análises em sistema EA-IRMS, para determinação de Oxigênio e Hidrogênio, composto pelos seguintes itens: a) 1000 x cápsulas de prata (PN 24005410) b) 1 x Carbono vítreo granulado (100 g) (PN 1117401) c) 1 x Lã de Quartzo (5 g) (PN 33822200)	441047	Kit	10	9.979,04	99.790,35

	<p>d) 1 x O-ring de vedação para reator de quartzo 18mm OD (pk com 5) (PN 29022910)</p> <p>e) 1 x Lã de prata (Silberwolle 2 g) (PN 1117430)</p> <p>f) 2 x Cadinho de grafite (PN 1117332)</p> <p>g) 10 x Porcas para tubulação de aço inoxidável MB6 (PN 35040403)</p> <p>h) 10 x Porca de adaptação AI Olive 1 /16" (PN 29034044)</p> <p>i) compatível com sistema EA-IRMS modelo FlashSmart IRMS/HT, marca Thermo Fisher</p> <p>j) Número de referência de catálogos comerciais: Thermo Fischer P/N 1290340</p>					
4	<p>Reator de quartzo (vazio)</p> <p>Tubo de quartzo de alta pureza, resistente a altas temperaturas e livre de contaminantes orgânicos e metálicos, vazio com comprimento de 450 mm e diâmetro externo de 18 mm; usado para montagem de reatores para análises elementares e isotópicas, compatível com o analisador Thermo modelo Flash HT/HT Plus.</p>	460065	Unidade	25	751,44	18.786,00
5	<p>Reator TC/EA (vazio - carbono vítreo)</p> <p>Reator de carbono vítreo de alta pureza, compatível com analisador Thermo Fischer para TC/EA - IRMS, para análise isotópica de Oxigênio e Hidrogênio, diâmetro externo 12 mm, diâmetro interno 7 mm, comprimento 356 mm</p>	441047	Unidade	25	30.229,03	755.725,75
6	<p>Perclorato de magnésio (100 g) self indicator</p> <p>Perclorato de magnésio de alta pureza (mín. 99,9%) para uso como dessecante; embalado em frascos herpéticos âmbar de 100 a 200 g; Densidade relativa: 2,21; Faixa de pH: 5 - 8; Estado: Sólido (grãos); Contém indicador azul que muda de cor em caso de umidade</p>	413666	Unidade	25	712,45	17.811,25
7		470248	Pacote	100	139,69	13.969,00

	Capsulas estanho 5x3,5 mm (cx com 100 un) Cápsulas de estanho maleável de alta pureza (mín. 99,9%), dimensões: 5 x 3,5 mm; volume 48 l; para uso em análise elementar e de isótopos estáveis de CNS em Thermo Fischer EA IsoLink IRMS.					
8	Capsula de prata 5x3,5 mm (cx com 500) Cápsulas de prata maleável de alta pureza (mín. 99,9%), dimensões: 5 x 3,5 mm; volume 48 l; para uso em análise elementar e análise de isótopos estáveis de OH em Thermo Fischer EA IsoLink IRMS.	470247	Pacote	10	913,44	9.134,40
9	Cobre reduzido (100 g) Cobre reduzido de elevada pureza em forma de bastonetes cilíndricos com comprimento entre 4 e 7 mm; armazenado em embalagem de 100 g, para uso em análise elementar e análise de isótopos estáveis de CN em Thermo Fischer EA IsoLink IRMS.	419796	Unidade	25	643,98	16.099,38
10	Carbano vítreo granulado (50 g) Carbano Vítreo granulado de alta pureza, granulometria de 3-4 mm, densidade 1,5 - 1,8 g/cm³, alta resistência térmica, usado como recheio de reator para análise elementar e/ou isotópica de oxigênio e hidrogenio, compatível com analisador Thermo Fischer TC/EA - IRMS.	414473	Unidades	25	764,32	19.107,88
11	Lã de prata (Silberwolle 2 g) Lã de prata muito fina desenrolada, 89 cm²/g, mín. 99,9% de pureza, usada como recheio de reator para análise elementar e/ou isotópica de oxigênio e hidrogênio, compatível com analisador Thermo Fischer TC/EA - IRMS; em embalagem contendo de 2 gramas.	420073	Unidade	25	201,18	5.029,38
12	Lã de Quartzo (5 g) (PN 33822200) Lã de quartzo SiO de alta pureza (mín 99,9%), de alta resistência térmica, usada como recheio de reator para	408441	Unidade	25	198,11	4.952,75

	análise elementar e/ou isotópica de CNS, compatível com analisador Thermo Fischer Flash - IRMS; em embalagem contendo de 5 gramas.					
13	Óxido de cromo (25 g) Cr ₂ O ₃ de alta pureza (mín. 99,9%), massa molar 151.99 (25g), granular (granulometria: 0,85 a 1,7 mm), de alta resistência térmica, compatível com Flash Ht/Ht plus	456090	Unidade	25	503,14	12.578,50
14	Óxido de cobalto / prata cobaltosa (25g) CO ₃ O ₂ /Ag (25 g) de alta pureza (mín. 99,9%), granular (granulometria: 0,85 a 1,7 mm), compatível com Flash Ht/Ht plus.	381912	Unidade	25	1.079,90	26.997,50
15	Cadinho de grafite Cadinho de grafite de alta pureza, usado em reator de análise elementar e/ou isotópica de oxigênio e hidrogênio, resistência térmica de até 3.000 °C em atmosfera inerte, compatível com analisador Thermo Fischer TC/EA - IRMS; Dimensões: 30 mm; 4,4 mm x 4,4 mm.	611868	Unidade	25	604,50	15.112,50
16	Seringa 10 uL para GC-IRMS Seringa de 10ul, com Calibre FN 26 S, com 57 mm de comprimento, feita de vidro de borossilicato e aço inoxidável, compatível com amostrador automático Thermo TriPlus RSH, CTC RTC (PAL3), AOC-6000 e Agilent PAL3)	470783	Unidade	25	976,32	24.407,88
17	Microseringa Smart para injeção por amostrador automático Microseringa Smart, agulha em aço inoxidável 316L, revestida internamente com PFA para evitar adsorção de amostras polares, para injeção por amostrador automático com as seguintes características: - Volume: 1,2 L - Terminação: Agulha fixa - Comprimento da agulha: 57 mm	417792	Unidade	15	9.701,07	145.516,05

	- Calibre da agulha: 25 - Estilo da ponta da agulha: Cone lapidado a laser. - Para amostradores automáticos PAL3					
18	Septo 11 mm para GC-IRMS (pacote com 5 unidades) Septo em silicone BTO de alta performance, com 11mm de diâmetro, com guia central, compatível com sistema GC-IRMS, da Thermo Fisher.	424295	Unidade	25	1.047,60	26.190,00
19	Septo tipo HT, pré-perfurado, diâmetro 6mm, espessura 4mm. Pacote com 50 unidades Septo tipo HT, em silicone BTO de alta performance, resistente a altas temperaturas (400°C), pré-perfurado, diâmetro 6mm, espessura 4mm.- Para amostradores automáticos PAL3. Pacote com 50 unidades.	469137	Unidade	10	7.470,09	74.700,85

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos (máximo de 5 anos) contados do(a) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que são insumos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o regime de aquisição de Registro de Preços e o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Na presente licitação, não há itens com participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. A ausência de participação exclusiva se justifica pela alta especificidade dos itens, que demandam características técnicas e requisitos operacionais que limitam a capacidade de fornecimento exclusivo por ME e EPP. No entanto, para itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 anuais e de natureza divisível, fica estabelecida a reserva de cota de 25% para ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso II, da referida Lei, exceto nos casos excepcionais previstos no art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538/2015.

1.5.1. Nenhum item desta licitação entrará como cota reservada de 25%, conforme previsto no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006. Não foram encontradas no mercado empresas classificadas como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que forneçam os itens.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O fornecimento dos materiais será submetido a uma inspeção inicial para verificação da conformidade com as especificações detalhadas na Tabela contante do item 1.1 deste Termo de Referência. Todos os produtos deverão atender integralmente às características técnicas descritas, bem como ser plenamente compatíveis com os equipamentos e sistemas mencionados na referida tabela.

1.8. A aceitação definitiva dos materiais estará condicionada à conferência técnica e operacional realizada pelo setor responsável, podendo envolver testes de compatibilidade, análise documental (certificados de pureza, laudos de conformidade, entre outros) e verificação de integridade física.

1.9. Caso os materiais entregues não atendam aos requisitos técnicos e de compatibilidade especificados, a empresa fornecedora será notificada para proceder à retirada e substituição do material no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem ônus para a Administração Pública. Todos os custos referentes à devolução, transporte e substituição dos itens recusados serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

1.9.1. A substituição de insumos em desconformidade com as especificações será permitida ao fornecedor em uma única ocasião.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Id do item no PCA: 146

IV) Classe/Grupo: 6640

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-87/2025

3. Descrição da solução

3.1. Os itens são completamente divisíveis, franqueada a ampla concorrência em cada um deles. O parcelamento é técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos. Ademais, com o parcelamento não haverá perda de economia de escala, pois para os insumos pretendidos não há diminuição de valores unitários em aquisição de maior quantitativo. Por último, o parcelamento permitirá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A natureza da aquisição, que se trata de insumos, por si, não trazem impactos ambientais relevantes gerados pelo setor demandante.

4.1.2. Conforme recomendado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os critérios de sustentabilidade devem ser definidos de forma clara e objetiva. Dessa forma, na pesquisa de mercado realizada, foram feitas indagações às empresas a respeito da sustentabilidade ambiental dos produtos cotados, como a origem dos produtos, certificações (ex.: FSC, Rainforest Alliance), opções de reciclagem ou reutilização dos produtos, uso de embalagens recicláveis, bem como a logística reversa para a reciclagem de resíduos. Nenhuma das empresas respondeu a essas questões. Mesmo assim, estabelecem-se os seguintes critérios de desempate, com preferência para as empresas que:

1. Comproven formas de compensação de emissão de carbono relativas à cadeia produtiva de suas atividades.
2. Ofereçam logística reversa para o recolhimento e reciclagem dos resíduos gerados com o uso dos produtos fornecidos.
3. Promovam campanhas de educação para a preservação ambiental.

4.1.3. Os impactos ambientais que podem ser geridos pelo setor demandante, considerando a rotina do laboratório, estão principalmente ligados ao descarte de insumos químicos e plásticos. A maior parte desse descarte ocorre em volumes de microlitros, resultando em um impacto ambiental bastante reduzido. Além disso, são utilizados equipamentos de proteção individual (EPIs), como luvas, toucas, propés, entre outros, assim como itens plásticos, incluindo recipientes e microtubos. O laboratório desse setor, independentemente desta aquisição, já realiza o descarte adequado de insumos químicos e plásticos utilizados nas análises, classificando-os como lixo biológico ou hospitalar.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), para fins de efetiva aquisição/contratação, mas será admitida a indicação de marca ou modelo a título de similaridade, como forma de referência e parâmetro de qualidade ou compatibilidade com os equipamentos.

A indicação de marcas específicas consta em alguns itens deste Termo, conforme tabela no item 1.1, apenas como referência de qualidade e funcionalidade, e não como requisito exclusivo, a fim de evitar qualquer restrição à concorrência.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.15.1. À época do recebimento provisório, serão realizados testes de compatibilidade dos produtos frente ao funcionamento do equipamentos e às exigências expostas no descritivo da Tabela 1 deste Termo de Referência. Somente após aprovação nos testes, ocorrerão os recebimentos definitivos e os efetivos pagamentos.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do(a) ordem de fornecimento. Prazo razoável estimado, considerando a estimativa de prazo de entrega mínima de 60 dias e o máximo de 120 dias estipulado pelos fornecedores e a necessidade da aquisição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Edifício Instituto Nacional de Criminalística, localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul-SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-200. Entrega somente em dias úteis e agendadas no período de de 09:00-12:00 e 14:00-17:00hs.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16. As atribuições estabelecidas nos itens anteriores para o fiscal técnico e gestor do contrato poderão ser atribuídas, a critério da DITEC/PF, para uma Comissão de Fiscalização e Recebimento que atuará em conjunto com a participação de no mínimo 3 (três) membros.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.1.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP). Ele fundamenta-se no disposto no **art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, em especial nos incisos **I e II**. O inciso **I** justifica o uso do SRP pela **necessidade de fornecimentos frequentes**, uma vez que os materiais objeto do certame são essenciais para as atividades periciais e demandam reposição contínua para garantir a operacionalidade dos serviços. Já o inciso **II** se aplica devido à conveniência da **aquisição de bens com previsão de entregas parceladas**, permitindo um melhor planejamento logístico e financeiro. A entrega fracionada é fundamental para **evitar desperdícios decorrentes do vencimento dos insumos**, garantindo que os produtos sejam utilizados dentro do prazo de validade e em conformidade com as exigências técnicas do fabricante. Esse modelo de fornecimento também reduz a necessidade de armazenamento em grande escala, minimizando riscos de deterioração, custos com controle de estoque e otimizando a gestão de suprimentos.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.505.825,55

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.505.825,55 (um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200406;

II) Fonte de Recursos: _____;

III) Programa de Trabalho: _____;

IV) Elemento de Despesa: _____;

V) Plano Interno: _____;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Disposições Finais

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO JOSE VIANA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 12:37:45.

DIOGO OTAVIO SCALIA PEREIRA

Responsável pela Demanda



Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 15:29:42.

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/03/2025 às 11:20:43.

DIOGO LUIS KURIHARA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 12:39:35.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/03/2025 às 10:37:39.